CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS



Centro de Estudos Sociais

Dicionário das Crises e das Alternativas





DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

AUTOR

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado Universidade de Coimbra

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Rua Fernandes Tomás, nºs 76, 78 e 79

3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901

www.almedina.net · editora@almedina.net

DESIGN DE CAPA

FBA

REVISÃO

Victor Ferreira

PRÉ-IMPRESSÃO

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

G.C. - GRÁFICA DE COIMBRA, LDA.

Palheira Assafarge, 3001-453 Coimbra

producao@graficadecoimbra.pt

Abril, 2012

DEPÓSITO LEGAL

...

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.



GRUPOALMEDINA

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado
Universidade de Coimbra
DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS
ISBN 978-972-40-4820-8
CDU 316

sível a procriação sem a união de dois seres de sexo oposto. Concomitantemente, tem vindo a constituir-se como uma arma crucial no combate à insegurança, à criminalidade e ao terrorismo, quer através da utilização de métodos biométricos, que permitem o reconhecimento de características individuais (retina ou íris, por exemplo), quer através de bases de dados de perfis genéticos de ADN, que, ao armazenarem informações genéticas sobre os indivíduos, tornarão mais fácil identificar e condenar criminosos e ilibar inocentes, trazendo *quiçá* uma (falsa) aparência de mais segurança aos cidadãos. No próprio cenário do crime é visível o uso cada vez mais generalizado de tecnologia de ADN na análise de vestígios, propondo-se auxiliar na descoberta e apuramento da verdade, dando um contributo para uma justiça mais célere, mais eficaz e mais rigorosa. Importa, porém, equacionar as implicações éticas, morais e sociais, os benefícios, os limites, os custos (incluindo os sociais), as potencialidades e os riscos da utilização da biotecnologia.

Susana Costa

Brasil

Com 192 milhões de habitantes, a República Federativa do Brasil passou a ser, recentemente, a sexta economia mundial por PIB nominal e mantém-se enquanto maior economia da América Latina. Considerada uma superpotência emergente, pelo seu contingente populacional e rápido crescimento económico, integra, desde 2001, a lista dos BRIC, em conjunto com a Rússia, Índia e China. É um dos países de destino de portugueses que, perante a crise económico-financeira, emigram. O país atravessa, desde 2000, uma fase que tem sido apelidada de novo desenvolvimentismo, alicerçada na exportação de produtos manufaturados ou produtos primários de alto valor acrescentado (entre 2002 e 2008 as exportações triplicaram, em particular para a China) e recusando a substituição de importações como estratégia de superação da restrição externa ao crescimento.

Juntamente com o processo de crescimento do mercado de produtos primários, o Brasil passou a ter governos com maiores vínculos sociais, com maior intervenção no planeamento da produção e na distribuição de rendimentos. No entanto, a pobreza e a desigualdade constituem, ainda, os grandes desafios da sociedade brasileira atual. Apesar de ter havido uma evolução positiva da maioria dos indicadores sociais na última década, nomeadamente em relação ao aumento da esperança média de vida, diminuição

da mortalidade infantil, acesso a saneamento básico, recolha de lixo, diminuição da taxa de analfabetismo, existem ainda claras diferenças regionais, em particular no que diz respeito ao nível de rendimentos.

Calcula-se que em 2011 existissem 16,2 milhões de brasileiros (8,6% do total) vivendo na miséria extrema ou com um ganho mensal de até 70 reais, na sua maioria jovens, sendo as regiões Nordeste e Norte as mais afetadas, contrastando com o Sul do país. No entanto, este número é já inferior ao de 2003, calculando-se que ao longo da última década mais de 24,5 milhões de brasileiros tenham saído da pobreza.

A classe média passou a ser predominante no país, em resultado do investimento na educação e da estabilidade económica do país. Simultaneamente, entre as classes mais baixas, os programas governamentais de transferência de rendimentos (prestações dependentes dos recursos dos beneficiários) têm sido instrumentos centrais para a mobilidade social. Programas como o Fome Zero ou Bolsa Família são claros exemplos deste tipo de programas.

Tatiana Moura

BRIC

Sigla criada em 2001 por Jim O'Neil, economista da Goldman Sachs, em alusão à emergência do Brasil, Rússia, Índia e China como potências do sistema internacional. O crescimento económico destes países na última década (média de 6,6% ao ano) tem ajudado à sedimentação desta sigla no jargão político internacional. A este elevado crescimento económico, quatro vezes mais rápido do que o crescimento da economia norte-americana no mesmo período, junta-se um peso político-diplomático crescente, o que, por exemplo, obrigou à substituição do G8 pelo G20 como fórum preferencial de discussão sobre a economia global.

Dito isto, é preciso compreender que a sigla BRIC esconde duas realidades particularmente relevantes para o mundo contemporâneo. Em primeiro lugar, esconde todo um conjunto de outras potências emergentes que têm tido crescimentos significativos nos últimos anos e cuja importância poderá, a breve trecho, ser equivalente a alguns dos atuais BRIC, como são os casos da Turquia, da Indonésia e da África do Sul. Em segundo lugar, coloca num mesmo contexto países muito diferentes e com pesos muito diferenciados internacionalmente, desde logo porque nenhum dos restantes três países se compara à dimensão e importância da China. No mesmo sentido, também